

APRESENTAÇÃO

A presente Revista reúne uma coletânea de artigos originados nos debates ocorridos no seminário organizado pelo Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo em agosto de 2025, por ocasião da celebração dos dez anos de fundação da Assistência de Arbitragens da PGE/SP.

Em referida oportunidade, diversas pessoas experientes na temática de resolução de disputas, com distintas origens profissionais, compareceram por dois dias no auditório Rubino de Oliveira, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, para dialogar em torno de uma seleção de temas que permeiam os procedimentos arbitrais que contam com a participação da Administração Pública.

Ao final de tal encontro, havia uma opinião unânime da comissão organizadora sobre a necessidade de oferecer as principais conclusões alcançadas e as dúvidas pendentes a um escrutínio mais amplo, que pudesse abranger outros integrantes da comunidade acadêmica. Eis o propósito desta publicação.

Nesse contexto, a obra se inicia em grande estilo, com a contribuição do ilustre Professor Sérgio Ferraz, um dos maiores expoentes do Direito Administrativo brasileiro, por meio de artigo que enfrenta os principais pontos de contato da jurisdição nacional com ordenamentos estrangeiros, dentro da temática de resolução de disputas pelo Estado.

Na sequência, o leitor encontra dois estudos fundamentais, para que se compreenda o histórico da advocacia pública paulista em arbitragem. O *paper* de Bruno Megna e Cristina Mastrobuono nos brinda com uma compreensão daquilo que foi visto e do que ainda será enfrentado a respeito do tema. Por sua vez, Eugenia Marolla nos ajuda a entender os desafios na redação das convenções de arbitragem pelo Estado.

No campo procedimental, Nuno Roberto Pio trata do tema de produção antecipada de provas, com a precisão conceitual que lhe é peculiar. Cláudio Henrique Dias, por sua vez, expõe estudo sobre como compatibilizar a sistemática de precedentes do processo brasileiro com

a liberdade inerente do procedimento arbitral. Ainda pertinente com essa temática, Olavo Ferreira e Carlos Montes descortinam o cenário de precedentes na arbitragem tributária.

Tatiana Melamed e Patricia Baptista discorrem sobre um dos aspectos mais polêmicos das arbitragens público-privadas relacionadas com pleitos de engenharia de custos: as vicissitudes enfrentadas pelas partes no desenvolvimento da perícia. Aqueles que militam em tal segmento profissional sabem como os equívocos metodológicos da prova técnica podem prejudicar o bom andamento do processo.

Ainda na etapa instrutória dos procedimentos, o estudo de Luis Guilherme Vieira e Isabella Zampol expõe com acuidade sobre *standard* probatório e ônus da prova na arbitragem, apontando limites à valoração da prova em determinados contextos.

Por sua vez, André Junqueira, que subscreve esta apresentação, defende a aplicação do regime constitucional dos precatórios aos procedimentos arbitrais, assunto que ganhou atenção da imprensa e dos autos judiciais em tempos recentes, diante de pretensões que buscam excepcionar o regime constitucional de pagamento de dívidas jurisdicionais da Administração Pública em determinadas hipóteses.

Paula Butti, coordenadora da equipe de arbitragem da Advocacia-Geral da União, apresenta um aprofundado estudo sobre anulação de sentença arbitral, examinando as hipóteses cabíveis e as tendências jurisprudenciais.

Na sequência, Aristhea Totti se debruça sobre a publicidade nos procedimentos arbitrais com a Administração Pública, questão de sua maior especialidade e tema de sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais.

Ao final, Fabiane Verçosa promove o fechamento desta coletânea, com uma exposição literária acerca dos possíveis desdobramentos decorrentes da aplicação errônea do direito pelos árbitros, tema por ela enfrentado em sua tese de doutorado, defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Por derradeiro, é necessário registrar um agradecimento especial ao Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo

e à Escola Superior da PGE/SP, por viabilizarem esta publicação, à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pela disponibilização de espaço para realização do seminário em agosto de 2025, ao Canal Arbitragem e à Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo, pelo apoio institucional e logístico ao referido evento. Tais entidades, imbuídas de inegável espírito público, não mediram esforços para concretizar este sonho.

Sem perder de vista as pessoas e instituições que celebraram os dez anos da Assistência de Arbitragens da PGE/SP, é importante consignar que tal comemoração só fez sentido em razão da excelência técnica alcançada na representação do Estado de São Paulo e suas autarquias em procedimentos arbitrais por mais de uma década, resultado atingido por esforços daquelas pessoas que integraram o setor ao longo dos anos: Fábio Tribold Gastaldo, Bruno Lopes Megna, Eugênia Cristina Cleto Marolla, Ana Lúcias Pires de Oliveira Dias, Cláudio Henrique Ribeiro Dias, Iago Oliveira Ferreira, Tatiana Sarmento Leite Melamed, Nuno Roberto Coelho Pio, Patrícia de Lacerda Baptista, Monique Jungblut, Luca Paulos Guarnieri, Juliana Freitas, Caio Garcia, João Pedro Oliveira, Ana Clara Bockoski e Yasmim Santos. O brilho nos olhos de cada um de vocês no cotidiano profissional foi o que tornou tudo possível.

ANDRÉ RODRIGUES JUNQUEIRA

Coordenador da Assistência de Arbitragens